

A MANUTENÇÃO DA REALIDADE

"Sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos."

(P. Berger e T. Luckmann)

A organização da sociedade está assentada, como vimos, basicamente sobre as instituições e as legitimações dela decorrentes. As instituições corporificam-se na vida cotidiana dos indivíduos através dos papéis que estes devem desempenhar para fazer parte delas. Ao participarmos da instituição "escola", por exemplo, ou assumimos o papel de professor, ou o de aluno, ou o de funcionário técnico-administrativo. Cada um deles prescreve-nos modos específicos de comporta-

mentos e, se porventura passarmos a desempenhá-los de forma não prevista, estaremos subvertendo a ordem institucional, desencadeando então a ação de certos mecanismos controladores que procurarão "corrigir" a nossa conduta.

O estabelecimento de papéis, isto é, de modos padronizados de comportamento, já é um primeiro instrumento protetor de que se valem as instituições a fim de se preservarem. Para que as instituições funcionem ordenadamente, de forma previsível, faz-se necessário este jogo de papéis, que retira das pessoas a possibilidade de condutas baseadas apenas em seus desejos individuais. Neste sentido é que foi comentado no capítulo anterior o fato de as instituições serem coercitivas e se sobreporem à individualidade de seus membros.

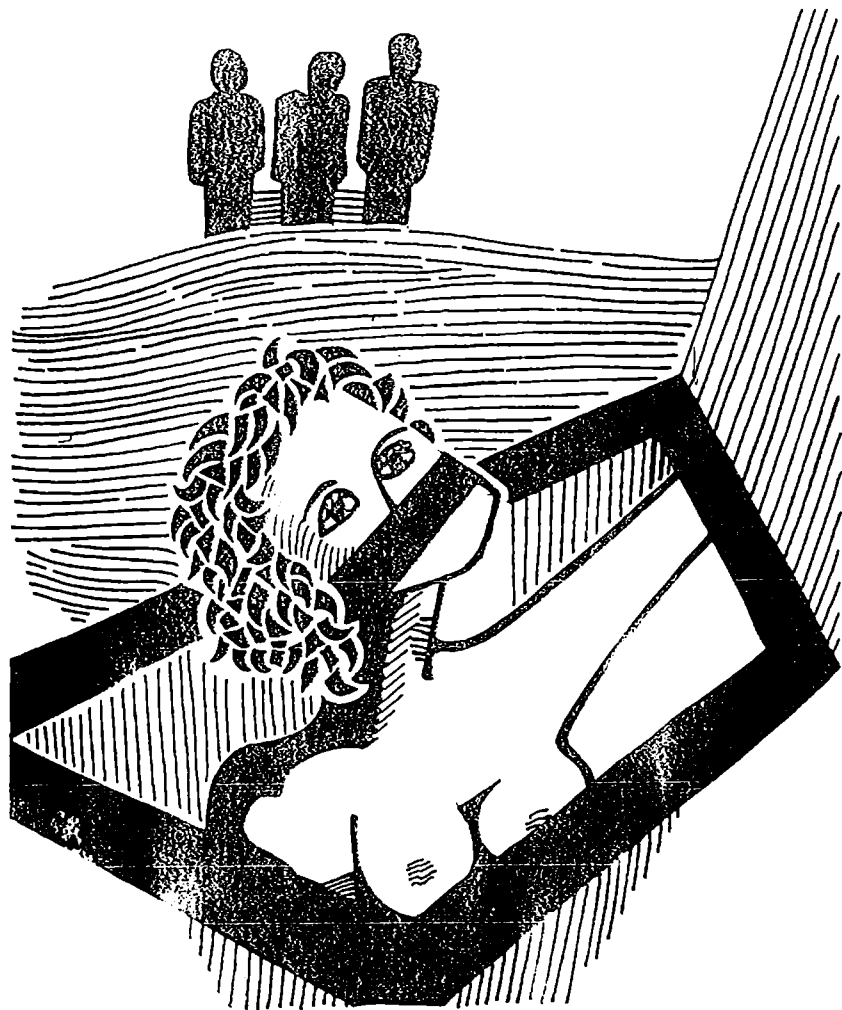
É claro que o grau de rigidez e de estereotipia exigido no desempenho dos papéis depende do tipo de instituição em que se está e do tipo de sistema político maior que rege a sociedade. Numa universidade, por exemplo, o professor tem maior flexibilidade e uma maior margem de criação individual no desempenho de seu papel do que o soldado no quartel; e ambos, numa sociedade democrática, possuem mais espaço para manifestar sua individualidade do que numa sociedade totalitária.

Aliás, é justamente esta margem de individualidade dentro dos papéis que possibilita a evolução e alteração das instituições a partir de suas bases, ou seja, da conduta de seus membros. Na medida

em que se vai criando novas formas de desempenho de um papel isto acarreta, conseqüentemente, alterações no modo de funcionamento da instituição. No entanto, este processo é lento, pois as instituições possuem mecanismos estabilizadores que as protegem de mudanças bruscas ao sabor da vontade de seus membros.

Ao nível das legitimações, isto é, das explicitações lingüísticas que acompanham as instituições, a proposição de maneiras alternativas de se compreendê-las talvez seja mais facilmente verificável e até mesmo mais tolerável, na medida em que uma "teoria" divergente sobre a realidade não implica, necessariamente, uma mudança imediata nesta estrutura. Contudo, visões divergentes que surjam no interior de um dado universo simbólico contêm em si o gérmen da subversão, e a ordem institucional procura também se proteger dessas "heresias".

Um ponto, porém, deve ficar claro: é impossível ao indivíduo sozinho manter uma concepção discordante do universo simbólico em que está. Sozinho ninguém constrói uma (nova) realidade. Alternativas a um determinado universo simbólico apenas são possíveis quando sustentadas por um grupo de indivíduos divergentes, que mantêm e compartilham entre si esta diferente visão da realidade. Uma única pessoa com uma proposição divergente é facilmente classificada como "louca", "marginal", "imoral", "doente", etc., e facilmente



*... é impossível ao indivíduo sozinho manter uma
concepção discordante do universo simbólico em que
está ... Alternativas a um determinado universo
simbólico apenas são possíveis ...*

isolada do convívio dos demais a fim de ser submetida a processos "terapêuticos" que procuram fazê-la retornar à realidade estabelecida pelo universo simbólico predominante.

Todo universo simbólico, então, contém em si mecanismos conceituais de autoproteção destinados a destruir possíveis oposições que possam surgir no seu interior. Antes de nos determos mais demoradamente nos tipos e modos de funcionamento desses mecanismos, vejamos uma pequena fábula originária da Argentina, aqui contada resumidamente, e que ilustra esses mecanismos protetores das instituições e universos simbólicos.

Num tempo em que os homens ainda não se alimentavam da carne de animais, um incêndio consumiu um bosque onde havia inúmeros porcos. Alguém que por ali passava, após a extinção das chamas, resolveu experimentar aqueles porcos assados e descobriu que eram palatáveis. Logo a notícia se espalhou e os homens passaram a comer porcos assados, que eram então preparados da maneira original, isto é, reuniam-se os animais num bosque e ateava-se fogo à vegetação. Esta instituição de cozimento de porcos foi crescendo e começaram a surgir especialistas: especialistas em tipos de bosques, em ventos, em atear fogo no setor norte, no setor sul, leste, oeste, especialistas em reflorestamento, especialistas no ponto da mata em que os animais deveriam ser colocados, etc. Enfim, toda uma parafernália para fazer progredir e aper-

feioar a instituição foi criada.

Realizavam-se então congressos anuais onde técnicas e inovações dentro de cada especialidade eram apresentadas e discutidas. Até que um dia um indivíduo procurou o presidente da organização e apresentou-lhe uma proposta que implicaria uma radical mudança na instituição, talvez no seu fim: bastaria que os porcos fossem mortos e colocados numa grelha, sob a qual se acenderia uma pequena fogueira. Imediatamente o presidente fez-lhe ver o absurdo de sua proposição, pois que ela geraria o desemprego para milhares de especialistas, além de abalar a confiança que o restante da sociedade manifestava com relação ao saber que eles detinham. Mostrou-lhe ainda que, pensando daquela maneira, revelava-se um perigoso elemento subversivo que poderia levar a sociedade ao caos, ainda mais ao propugnar métodos violentos que implicavam os homens matarem os animais com suas próprias mãos. O presidente então, num rasgo de "generosidade", disse ao dissidente que daquela vez ele seria perdoado, mas com a condição de nunca revelar a ninguém aquela idéia tão herética. E assim os homens continuaram a atear fogo nos bosques e a instituição foi mantida.

Os mecanismos de manutenção dos universos simbólicos (e das instituições) são de dois tipos: *terapêuticos* e *aniquiladores*. O presidente da fábula acima empregou o terapêutico, ou seja, fez ver ao membro dissidente que sua visão era equivo-

cada, falsa, doentia, fazendo-o então voltar a ver a realidade da maneira correta, quer dizer, da maneira prescrita pela instituição e seu universo simbólico.

A solução terapêutica das divergências surgidas dentro de um universo simbólico implica que este universo possua, em seu corpo de conhecimentos, três mecanismos específicos: 1) uma teoria da dissidência; 2) um aparelho de diagnóstico e 3) um sistema para a "cura" propriamente dita.

A teoria da dissidência já prevê conceitualmente a possibilidade de surgirem desvios naquele universo simbólico e procura construir todo um arcabouço teórico que explique como e por que indivíduos se desviam da "correta" visão da realidade. Esta teoria funciona como uma espécie de manual de patologia, digamos assim, postulando e conceituando os tipos de "enfermidades" que podem acometer os seus membros e as causas de sua ocorrência. Numa tribo indígena, por exemplo, onde todos devem dividir os produtos da caça, pesca ou lavoura, um indivíduo que se recuse a assim proceder receberá uma determinada "etiqueta" classificatória e o seu comportamento será explicado por meio de uma teoria qualquer, como: o seu caso é de possessão pelo espírito do mal.

O aparelho diagnóstico destina-se a detectar "sintomas" nos indivíduos com propensão à divergência ou já imersos nela. Também consiste

num mecanismo conceitual que interpreta esses sinais a partir da teoria da dissidência, bem como uma série de procedimentos destinados ao exame dos membros suspeitos de divergência. O índio do exemplo acima, ao sair para a caça e por vários dias seguidos não trazer nada, apresenta um comportamento que pode estar indicando que ele esteja escondendo para si os produtos de sua atividade. Nas ditaduras ferrenhamente anticomunistas, a leitura de determinados autores ou o emprego de determinadas palavras são indicadores, para as forças repressoras, de que o indivíduo está contaminado pela "doença do comunismo".

O mecanismo de "cura", após detectado o desviante e classificada a sua "patologia", consiste então em fazê-lo retornar ao universo simbólico que ele abandonou. As técnicas empregadas podem ser as mais variadas possíveis, mas todas dizem respeito a uma "reeducação", isto é, procuram fazer com que o desviante abandone a visão dissonante e recomece a interpretar a realidade a partir do universo simbólico predominante. O índio pode ser despojado de todos os seus pertences pessoais e submetido aos métodos exorcistas do pagé. O comunista pode ser preso e torturado até se tornar confuso e abdicar de suas idéias.

Note que todos esses mecanismos e procedimentos são uma forma de controle social, uma forma de se assegurar que os membros da instituição ou sociedade em questão compartilhem da

mesma interpretação da realidade. Do exorcismo à psicanálise, da assistência pastoral às polícias políticas, todas seguem este mesmo esquema terapêutico.

E o mecanismo conceitual para a terapêutica, empregado num determinado universo simbólico, pode ainda ser extremamente desenvolvido a ponto de conceituar (e assim liquidar) quaisquer dúvidas que porventura sejam sentidas, pelo desviante ou pelo terapeuta, com relação à própria terapêutica. Quer dizer: essas dúvidas são explicadas como um dos sintomas mesmo do desvio. Na psicanálise, por exemplo, as dúvidas do paciente são classificadas como "resistência" (à terapia), e as do terapeuta como "contra-transferência".

A terapêutica é, portanto, um mecanismo destinado a manter os indivíduos divergentes dentro do universo simbólico que interpreta a realidade. Ela é empregada contra os "heréticos internos", ou seja, contra aqueles que pertencem à instituição ou à sociedade em questão e que começam a apresentar divergências quanto à maneira de entender e/ou de agir naquela realidade.

O segundo mecanismo autoprotetor de que se valem os universos simbólicos, a aniquilação, não se destina aos desviantes internos, e sim aos divergentes localizados fora de seu âmbito. Quando uma sociedade defronta-se com outra, cuja história e modo de vida são muito diferentes dos seus,

ocorre um confronto entre distintos universos simbólicos, isto é, entre diferentes realidades. Isto gera um problema bem mais agudo do que o criado por dissidentes internos, pois nesse caso há uma alternativa entre dois universos simbólicos fortemente estabelecidos: ambos possuem uma tradição "oficial". É mais fácil um universo ter de tratar com grupos minoritários de divergentes, cuja postura pode ser definida como "ignorância" ou "patologia", do que enfrentar outra sociedade que considera este próprio universo como equivocado ou patológico.

Neste embate o que acontece é que um universo procura enfrentar o outro munido das melhores razões possíveis a fim de provar sua própria superioridade e a inferioridade do oponente. Note ainda que o simples aparecimento deste universo opositor constitui-se numa séria ameaça, pois coloca em xeque a definição de realidade do primeiro, até então considerada a única possível. Os membros da sociedade como que descobrem que há outras maneiras de se viver e se construir a existência, vale dizer, a realidade. A censura imposta ao povo por governos totalitários nada mais é que um mecanismo preventivo, que procura evitar que as pessoas tenham consciência de outras realidades possíveis, evitando-se um confronto entre universos simbólicos.

Na aniquilação, então, dois são os mecanismos utilizados para anulação do novo universo. O

primeiro deles, como já citado, consiste em atribuir um *status* inferior às suas definições, procurando demonstrar-se o quanto elas são "ignorantes", "atrasadas" ou "degeneradas", enfim, impossíveis de serem levadas a sério. O segundo mecanismo é mais ambicioso: pretende explicar as definições do universo contrário em termos dos conceitos do universo original, incorporando-as a si e, assim, liquidando-as, em última análise. Este processo é uma espécie de fagocitose, onde as concepções alienígenas são traduzidas em conceitos de nosso universo, procurando demonstrar-se assim que elas já estavam previstas e consideradas em nossa realidade, só que através de outros termos e conceitos. Com esta sutil inversão aquilo que era antes oposição passa a ser afirmação do universo original.

Pensando no processo de catequese (religiosa ou não) a que foram submetidos os indígenas brasileiros pelos portugueses, percebe-se claramente este mecanismo de aniquilação: eles eram considerados povos "incultos", "bárbaros", "imorais", que não haviam encontrado "o verdadeiro Deus" e desconheciam a "superioridade da civilização européia". Ou ainda notemos os embates que às vezes ocorrem entre "umbandistas" e "espiritualistas" de um lado e psiquiatras e psicólogos do outro. Estes últimos procuram explicar a realidade vivida pelos primeiros, em suas incorporações e transe, através de seus conceitos, como: "histeria",

"sugestão", "hipnose", etc., enquanto os espiritualistas pretendem entender as chamadas "doenças mentais" valendo-se dos elementos de seu universo simbólico, a saber, incorporação de entidades destrutivas, "despachos" feitos por terceiros, etc. E neste confronto é quase inevitável que os profissionais da psicologia invoquem a seu favor a "superioridade da ciência" na revelação das verdades do mundo.

Um aspecto central nesta questão do confronto entre universos simbólicos não pode ser esquecido: ele envolve, necessariamente, o poder. A definição da realidade que sairá "vencedora" e que se fixará na sociedade como resultado desse conflito, depende sobremaneira da força (material e física) de que dispõem os oponentes, na maioria das vezes até mais do que a engenhosidade dos técnicos legitimadores. Uma realidade é quase sempre, na história do mundo, imposta pela força e violência. Não foi assim com os povos "primitivos", colonizados pelo europeu "civilizado"? E não vem sendo assim com o neocolonialismo, onde as nações poderosas, econômica e militarmente, vêm se impondo às do Terceiro Mundo? Os melhores argumentos que a humanidade tem encontrado para eleger uma definição de realidade como "melhor" estão no empunhar armas.

Retornando aos "heréticos internos" devemos observar entre eles uma classe muito especial, que nem sempre é considerada abertamente divergente

e nem sempre sofre os processos terapêuticos, principalmente nas sociedades pluralistas e democráticas. Trata-se dos intelectuais. Entenda-se por intelectuais aqueles indivíduos cujo trabalho consiste precisamente em manipular universos simbólicos, em geral buscando neles falhas e brechas por onde possam ser introduzidas novas e alternativas concepções da realidade. Enquanto na sociedade existem os "legitimadores oficiais", ou seja, pessoas que laboram no sentido de manter e arraigar profundamente aquelas concepções tidas e havidas como a única realidade possível, o trabalho do intelectual realiza-se no sentido inverso: questionar essas concepções.

O legitimador oficial tem a seu favor toda a infra-estrutura das instituições, já implantada e que serve de base concreta à sua legitimação teórica, ao passo que o projeto do intelectual se desenvolve num vácuo institucional. Neste sentido é que se pode falar em utopia, tomando-se o termo no seu sentido literal, derivado do grego: utopia = lugar nenhum. As construções teóricas dos intelectuais, que não se derivam das instituições, são utopias no sentido de ainda não existirem concretamente, com todo um arcabouço de vida prática sustentando-as.

Como afirmado anteriormente, ninguém sustenta sozinho uma concepção divergente de realidade, e isto é válido também para os intelectuais. Se lhes falta o respaldo da sociedade maior, todavia eles

encontram-no entre si mesmos, ou seja, na sub-sociedade de intelectuais que eles constituem. Suas concepções dissidentes são sistematicamente negadas pela práxis mesma da sociedade, mas subjetivamente eles podem mantê-las porque na subsociedade a que pertencem seus companheiros consideram-nas como realidade.

Daí o horror intrínseco que ditaduras de qualquer matiz nutrem contra os intelectuais e seus programas de estudo e pesquisas: eles acabam apontando sempre na direção de transformações no que existe, rumo a uma sociedade diferente, distinta da que os poderosos pretendem conservar a fim de manter seus privilégios.

Os intelectuais têm ainda a opção da revolução que, historicamente, é bastante importante. Por ela, eles se dispõem a tornar concreto o seu projeto, ou seja, transformar a sociedade (a realidade) para que se adeqüe às suas concepções, até então somente teóricas. Esta opção, contudo, tem de contar com o respaldo concreto, institucional, de outros grupos dentro da sociedade. Não há revoluções apenas teóricas, não há revoluções sem mudanças na infra-estrutura social, a nível da vida concretamente vivida pelas pessoas. Quanto mais as revolucionárias e dissidentes concepções dos intelectuais se espalham e tomam corpo entre outros grupos da sociedade, mais vai se solidificando a realidade alternativa proposta. Uma revolução se realiza (torna-se real) quando,

pelo movimento da maioria da sociedade, as transformações nas instituições edificam uma nova realidade.

Realizada a revolução, isto é, tornadas reais aquelas concepções até então tidas como utópicas e divergentes, é freqüente ver-se o intelectual assumir o papel inverso, qual seja, o de legitimador oficial. Agora ele pode passar de opositor a propagandista da nova realidade, contribuindo para que ela seja aprendida e assimilada pelos grupos sociais. E pode assumir também, como complemento, o papel de "terapeuta", procurando reeducar os mais renitentes, os contra-revolucionários que insistem em manter suas antigas concepções e minar a nova realidade no sentido de um retorno à antiga. Ou ainda o intelectual, após a revolução, pode entender que ela se afastou daquelas concepções que a nortearam, que "não era bem isso o que se pretendia", retornando ao seu papel de crítico e opositor, trabalhando para que mais uma vez a realidade seja alterada. E é sempre bom frisar que este seu trabalho só é possível na medida em que haja uma tolerância democrática ao pluralismo de concepções.

Até aqui nossas considerações acerca da manutenção da realidade disseram respeito a um nível coletivo, social, em termos de instituições e universos simbólicos. Porém, é preciso que se verifique como a realidade é conservada com relação aos indivíduos, na vida cotidiana. Neste

nível pode-se distinguir entre dois tipos gerais de conservação da realidade: uma *rotineira* e outra *crítica*.

A rotineira destina-se a manter a realidade interiorizada pelos indivíduos na vida do dia-a-dia, ou seja, assegura que nos movimentemos num meio conhecido e previsível, sem mudanças bruscas, seja a nível subjetivo, seja a nível objetivo. Em primeiro lugar isto é conseguido através dos hábitos e rotinas, que são a essência da institucionalização. Enquanto minha realidade cotidiana se desenvolve de forma rotineira, isto é, de maneira já conhecida, estão suspensas quaisquer dúvidas e questionamentos que me obrigariam a pensar sobre a minha identidade (quem sou?) e a identidade das coisas e pessoas que me cercam. O mundo continua aí como eu o conheço: no meu percurso até o trabalho tomo o mesmo ônibus, que segue o trajeto habitual, as pessoas sobem e descem dele da maneira usual, as casas e edifícios continuam os mesmos, meus horários são mantidos, etc. — tudo isso me reafirma continuamente a solidez da realidade e me dá a segurança de que necessito para desenvolver minhas atividades.

Em segundo lugar a conservação rotineira é conseguida através de nossa interação com os outros. Estes, podem ser "outros significativos" (aqueles com quem mantemos relações pessoais mais íntimas), ou menos importantes: ambos os tipos ajudam na conservação de realidade. Quando

paro o meu carro, por exemplo, e pergunto ao guarda de trânsito se posso estacionar ali, este é um encontro ocasional, mas que, implicitamente, reassegura a realidade: ele me reafirma que sou proprietário do veículo tal, que moro nesta cidade, que as regras de trânsito continuam a existir, que os policiais estão fazendo o seu trabalho, etc.

Nota-se então que o meio mais importante na manutenção da realidade é a conversa, ou seja, através dela o mundo é incessantemente reafirmado. Não nos esqueçamos daquilo que foi discutido no segundo capítulo: pela linguagem o mundo ganha sentido, significação. Na maioria dos diálogos que mantemos, a realidade está assegurada, ao menos de forma implícita: falamos num mesmo idioma e de coisas conhecidas, que compõem a nossa realidade. Um simples "bom-dia" do porteiro de meu edifício me informa que as coisas continuam como sempre.

Os diálogos que mantemos com os "outros significativos" são ainda mais importantes neste processo, na medida em que neles há uma carga adicional de afetividade, contribuindo com maior peso para assegurar a nossa realidade subjetiva. As opiniões emitidas por aqueles que me são significantes têm maior força para edificar e manter a minha identidade e a das coisas (e, é claro, têm também maior força para alterar essas identidades). Pela conversa a realidade não só é mantida mas ainda vai sofrendo modificações:

certos temas, num dado momento, tornam-se mais discutidos e, portanto, mais relevantes (mais reais), enquanto outros vão sendo esquecidos e perdendo a sua realidade no centro de nossa atenção. Algo que nunca é falado possui para nós uma realidade subjetiva vacilante e fraca, em oposição à solidez daquilo que nos preocupa e de que falamos o dia inteiro.

Assim, a conversa mantém continuamente a certeza na realidade cotidiana, mas pode acontecer de esta certeza ser abalada por um fato qualquer. Por exemplo: minha mulher (um outro altamente significativo) me diz de uma hora para outra que vai me deixar porque sou um fracassado e ela não mais me ama. Este é um momento crítico, que faz o meu mundo estremecer. Sua opinião e seu comportamento roubam de mim a certeza que tinha quanto à minha realidade subjetiva, à minha identidade (serei realmente um fracassado?), além de abalar a realidade objetiva (que mundo é este onde podemos ficar sozinhos de repente? Como se faz para se viver sozinho?).

É necessário então que sejam acionados os mecanismos de conservação crítica da realidade, mecanismos estes que entram em cena nessas situações em que o real começa a desmoronar para os indivíduos. Tais mecanismos são os mesmos empregados na conservação rotineira, exceto que agora a confirmação da realidade deve se tornar explícita e intensa. Vou, por exemplo, conversar

com meus amigos e parentes a fim de saber se eles crêm que eu seja realmente um fracassado, e arrânjo rapidamente uma namorada, o que me confirma que é possível me amarem e que sou capaz de viver "a dois". Esses procedimentos ajudam-me a reestruturar e a manter a realidade que me era conhecida e que foi abalada.

Nessas situações críticas também pode ser posta em jogo uma série de técnicas que a sociedade provê justamente para tais casos. Dentro do mesmo exemplo, posso procurar um psicólogo para um aconselhamento ou uma psicoterapia, que me ajudem a reafirmar a minha identidade; ou mesmo buscar palavras de apoio junto ao pastor de minha igreja, no horário reservado para o atendimento dos fiéis.

Esses colapsos que a realidade pode sofrer não se dão apenas a nível individual, mas ainda coletivo, como em caso de catástrofes, revoltas por parte de determinados grupos, etc., quando também são acionados mecanismos de manutenção do real. Ao ser convocada uma passeata de desempregados e na iminência de ocorrerem saques e depredações, por exemplo, o governador ou o prefeito podem ir aos meios de comunicação e declararem que a polícia estará nas ruas para garantir a ordem e a normalidade (vale dizer, a realidade). Tais processos de afirmação do real, evidentemente, têm a sua intensidade e força de aplicação aumentadas proporcionalmente à seriedade com que a

ameaça à desintegração é percebida. Ameaças mais sérias exigem uma multiplicação dos mecanismos e rituais de conservação crítica da realidade.

Como já observado páginas atrás, no caso da revolução a realidade pode sofrer, em termos de coletividade, uma ruptura e um rearranjo sob uma nova forma (uma nova ordem institucional). Este fato pode ocorrer também com os indivíduos, quando por qualquer motivo seus parâmetros subjetivos do real são desestruturados e novamente organizados a partir de outros prismas. A conversão religiosa é, de certa maneira, o protótipo deste tipo de fenômeno, onde o indivíduo repensa e reestrutura sua maneira de viver, sentir e pensar de acordo com os novos valores fornecidos pelo novo universo simbólico.

No caso exemplificado anteriormente, quando minha mulher me deixa e coloca em dúvida o meu sucesso, pode ser que eu venha a descobrir que ela esteja certa, e então mude radicalmente a minha vida: vendo os meus pertences, abandono o meu emprego, arranjo uma casinha na praia e passo a fazer artesanato para ganhar dinheiro. Terei então de passar por uma reaprendizagem da realidade, ou seja, devo aprender a me orientar neste meu novo mundo, com relacionamentos diferentes, outros tipos de amizades e valores distintos daqueles cultivados anteriormente.

Esse processo de reconstrução da realidade subjetiva, que implica um aprendizado, ganhará

contornos mais nítidos ao se tratar, no capítulo seguinte, das maneiras como a realidade é ensinada às novas gerações e reensinada àqueles que a tiveram desestruturada.